

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Willian Victor Ventura Duarte**

**A COMPLEXIDADE DO AMBIENTE INTERAGÊNCIAS BASEANDO-SE NA  
INTERAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS ORGÃOS ENVOLVIDOS  
NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO**

**Resende**

**2019**

**Willian Victor Ventura Duarte**

**A COMPLEXIDADE DO AMBIENTE INTERAGÊNCIAS BASEANDO-SE NA  
INTERAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS ORGÃOS ENVOLVIDOS  
NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO**

Monografia apresentada ao  
Curso de Graduação em Ciências  
Militares, da Academia Militar  
das Agulhas Negras (AMAN,  
RJ), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Bacharel  
em Ciências Militares**.

Orientador: 1º Ten Jonas Oliveira

**Resende**

**2019**

**Willian Victor Ventura Duarte**

**A COMPLEXIDADE DO AMBIENTE INTERAGÊNCIAS BASEANDO-SE NA  
INTERAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS ORGÃOS ENVOLVIDOS  
NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Banca examinadora:

---

**1º Ten Jonas Oliveira**

(Presidente/Orientador)

---

**Cap Colombo**

---

**1º Ten Mendonça**

Resende  
2019

"A disciplina militar prestante não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando."

(Luís de Camões)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço e dedico esse trabalho à minha família que à todo momento esteve presente e apoiando para que este sonho fosse concretizado. Agradeço também à Deus por ter me proporcionado as ferramentas necessárias para isso.

Aos companheiros de turma que ombrearam comigo e que dividiram as dificuldades, que aos poucos foram sendo vencidas.

Por fim àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esse sonho fosse concretizado.

## RESUMO

### **A COMPLEXIDADE DO AMBIENTE INTERAGÊNCIAS BASEANDO-SE NA INTERAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO**

AUTOR: Willian Victor Ventura Duarte

ORIENTADOR: 1º Ten Jonas Oliveira

Este estudo de natureza bibliográfica fala a respeito da complexidade do ambiente interagências baseando-se na interação do Exército Brasileiro com os órgãos envolvidos nas operações de Pacificação. No decorrer da pesquisa foram verificadas as operações de pacificação ocorridas no Rio de Janeiro no Complexo da Maré e do Alemão, e a Operação Arcanjo, as quais serviram para ilustrar como se dão as operações interagências, as características das mesmas, bem como as dificuldades encontradas no decorrer destas operações.

**Palavras-chave:** Operações. Interagências. Complexidade. Ambiente. Maré. Alemão. Arcanjo.

## ABSTRACT

**THE COMPLEXITY OF THE ENVIRONMENT INTERAGENCES BASED ON THE  
INTERACTION OF THE BRAZILIAN ARMY WITH THE ORGANS INVOLVED IN  
PACIFICIZATION OPERATIONS**

AUTHOR: Willian Victor Ventura Duarte

ORIENTER: Ten Jonas Oliveira

This bibliographic study talks about the complexity of the interagency environment based on the interaction of the Brazilian Army with the bodies involved in the Pacification operations. During the research, the pacification operations in Rio de Janeiro in the Maré and Alemão Complex and the Operation Arcanjo were verified, which served to illustrate how the interagency operations, the characteristics of the operations, and the difficulties encountered in the course of these operations.

**Keywords:** Operations. Interagencies. Complexity. Environment. Maré. Alemão. Arcanjo.

**SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1 OBJETIVOS.....	10
<b>1.1.1 Objetivo geral.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO .....	11
2.2 AMBIENTE OPERACIONAL .....	12
2.3 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO .....	13
<b>2.3.1 Características das operações de pacificação.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3.2 Características das operações interagências .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3.3 Adversidades .....</b>	<b>17</b>
<b>2.4 PACIFICAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: COMPLEXOS DA MARÉ E DO ALEMÃO E OPERAÇÃO ARCANJO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4.1 Complexo da Maré .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4.2 Complexo do Alemão.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4.3 Operação Arcanjo.....</b>	<b>221</b>
<b>3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....</b>	<b>25</b>
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	255
3.2 MÉTODOS .....	255
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO 1 – ABORDAGEM ESTRATÉGICA .....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO 2 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS INTERAGÊNCIAS .....</b>	<b>300</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Filho (2013), nas três últimas décadas se intensificou o emprego das Exército Brasileiro na solução de distúrbios internos do país. Essa gama de conflitos internos exigiu que se criasse uma nova forma de atuação do Estado perante esses conflitos. O emprego conjunto das Forças Armadas, órgãos governamentais, Forças Auxiliares e outros setores configurou um novo ambiente no contexto das operações. A esse novo ambiente foi dado o nome de Ambiente Interagências.

Esse novo ambiente trouxe vários benefícios para a solução dos conflitos, uma vez que diferentes visões e formas de atuação se somam a fim de proporcionar uma melhor tomada de decisões. Porém, junto à isso, surgiu também uma complexidade nesse ambiente, uma vez que cada organização envolvida nas operações possuem diferentes objetivos, culturas, formas de atuação e habilidades (FILHO, 2013).

A participação das Forças Armadas neste tipo de operação são garantidas por Lei, onde tem-se o art. 142 da CF/88 que diz: “as Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Igualmente garantido a participação das FA neste tipo de operação, a Lei Complementar 97/99, art. 15:

Desde que, nos termos da legislação de regência, fique caracterizado o esgotamento dos instrumentos...*destinados à preservação da ordem pública*. Devendo, para tanto, serem considerados ...esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes *ao desempenho regular de sua missão constitucional*... (BRASIL, 1999).

Assim sendo, observa-se que tais operações são legais e constitucionais, autorizando a utilização da força em cenários de perturbação da ordem pública, no entanto, Brasil (2002) observa que tais operações devem ser feitas em conjunto com outros órgãos da segurança pública, onde devem ser observados todos os parâmetros legais em suas ações.

O Ambiente Interagências se tornou complexo uma vez que cada organização possui diferentes formas de atuação. Diferentes culturas, objetivos, TTP's (táticas, técnicas e procedimentos), habilidades, que favorecem essa complexidade. Porém, é a partir desse somatório de diferentes características que faz com que sejam tomadas as melhores decisões e soluções para os conflitos.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar o ambiente interagências e a interação do Exército Brasileiro com os outros órgãos envolvidos nas recentes Operações de Pacificação.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Descrever as principais características das Operações de Pacificação;

Descrever o Ambiente Interagências;

Analisar a interação do Exército Brasileiro com os outros órgãos envolvidos nas operações;

Levantar as dificuldades encontradas no Ambiente Interagências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

De acordo com Brasil (2015), com o passar dos anos os ambientes operacionais estão ficando cada vez mais complexos e cada vez mais marcados pela preponderância de novos mecanismos legais e novas responsabilidades sobre os comandantes de todos os níveis. Sendo necessária uma combinação de operações para a consecução dos objetivos estabelecidos, não somente as operações Ofensivas e Defensivas serão necessárias para obtenção do êxito. Dessa forma as Operações de Pacificação, inseridas no contexto das Operações de Amplo espectro, tem se tornado uma boa alternativa para a obtenção dos resultados pretendidos. As operações de Pacificação podem ser desencadeadas em território nacional e em ou no exterior.

As Operações de Pacificação (Op Pac), desencadeadas no Território Nacional ou no exterior, em ambiente interagências, descortinam-se como uma ferramenta essencial à disposição de elementos de emprego da F Ter e despontam como pedra angular do novo cenário de segurança e defesa do ambiente operacional contemporâneo (BRASIL, 2015, p. 8).

Em território nacional, as operações são caracterizadas pela atuação da Força Terrestre em determinadas áreas devidamente regulamentada por diplomas de Estado de Exceção, que é caracterizado pela suspensão de algumas garantias constitucionais para o atendimento de necessidades urgentes e específicas. Nessa situação temporária de suspensão de direitos e concentração de poderes durante o estado de Exceção permite uma maior rapidez no processo de decisão para tomar as medidas essenciais, em situações de emergência (BRASIL, 2014).

No exterior, as Operações de pacificação se caracterizam pela atuação da força terrestre em áreas predeterminadas pelos diplomas de organismos de segurança internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que dão o amparo legal para a atuação das Forças Armadas nessas ações necessárias para o restabelecimento da paz e a segurança internacional. Normalmente as operações conduzidas no exterior são realizadas no contexto de Operações de Paz, que são conduzidas sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Nas operações conduzidas no exterior apresentam a legitimidade e a credibilidade como fatores para o sucesso da missão. A legitimidade é alcançada por um mandato de um Organismo de Segurança Internacional. A credibilidade é obtida através da eficácia e da capacidade de gerenciamento e atendimento das expectativas, sempre mantendo um ambiente confiável e adequado. Existe uma grande complexidade nessas operações pois não há uma definição formal do inimigo, cresce de

importância a imparcialidade dos militares que estarão atuando neste contexto (BRASIL, 2014).

As operações de pacificação são entendidas como um conjunto de medidas a serem implementadas pelas forças militares, ou por especialistas, apoiados por forças militares, com a finalidade de influenciar o ambiente operacional nas dimensões políticas e psicossociais, mitigando as ameaças contra a estabilidade local, por meio da combinação de ações coercitivas, políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento regional e ações típicas do tempo de paz, em resposta à crise instalada (BRASIL, 2007, p. 13).

Para a realização das operações de pacificação, há a necessidade de que a mesma seja realizada com a participação de outros órgãos, denominando-se operações interagências.

## 2.2 AMBIENTE OPERACIONAL

Segundo Brasil (2015), as Operações de Pacificação ocorrem em um ambiente operacional contemporâneo caracterizado pela sua volatilidade, incerteza, complexidade e alto risco, causando grandes dificuldades para os comandantes nos diversos níveis para sua interpretação e controle. Devido a essas características recaem sobre os comandantes novas demandas legais e morais, pois as considerações sobre os assuntos civis terão que ser maior atenção no planejamento, entidades não estatais também estarão exercendo sua influência e terão que ser consideradas.

Nesse ambiente inserido em um amplo espectro, que é caracterizado pela combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas, de pacificação e apoio a órgãos governamentais, visa a formação de forças capazes de explorar a iniciativa, aceitar riscos e criar oportunidades para alcançar resultados decisivos (BRASIL, 2015).

Para Filho (2013), configurou-se, assim, um tipo de ambiente de certa forma inédito na história da humanidade, no qual vários órgãos governamentais, Forças Militares e representantes de distintos segmentos da sociedade passaram a interagir com maior frequência em momentos de crise ou em fases importantes da vida nacional. A esse “novo ambiente” convencionou-se chamar de “ambiente interagências”.

O desafio para os comandantes, em todos os níveis, é identificar os recursos adequados à solução de um problema e trazê-los para o processo interagências. A busca da coordenação e da cooperação deve ser vista como um meio para o cumprimento da missão e não como um fim em si mesmo. Enquanto a redução de alguma liberdade de ação organizacional é muitas vezes necessária para se atingir a plena cooperação, o zelo pelo consenso não deve comprometer a autoridade, os papéis ou as competências essenciais (BRASIL, 2017).

Portanto, o ambiente interagências, revelou ser um agregador na construção dos elos de confiança entre o Estado e a população, fornecendo dados mais precisos e colaborativos necessários para a transição doutrinária militar em caráter permanente e estreitando cada vez mais os laços entre civis e militares (FILHO, 2013).

### 2.3 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

Devido às características do ambiente operacional no qual encontra-se inserido as operações de pacificação alguns princípios são de suma importância para a condução dessas atividades. Alguns princípios específicos são utilizados nessas operações:

**Princípio do apoio da população:** é de extrema importância para o sucesso da operação o conhecimento e uma boa comunicação entre os militares e a população local. O conhecimento sobre a cultura local é essencial para os diversos níveis de planejamento. Sendo assim a conquista de corações e mentes é de suma importância para o sucesso das Op Pac, é uma maneira de quantificar o êxito da missão é a realização de pesquisas buscando verificar o grau de satisfação da população (BRASIL, 2015).

**Princípio da Dissuasão:** é o máximo de utilização de demonstração de força que visam desencorajar o oponente ou potenciais inimigos (BRASIL, 2015).

**Princípio do enfoque nas ações construtivas:** o emprego do componente militar deve favorecer a criação de um ambiente favorável a atuação de setores que visam a reconstrução e o restabelecimento dos serviços essenciais para a população (BRASIL, 2015).

**Princípio da flexibilidade na geração da força:** as atividades e tarefas nas Op Pac são realizadas entre várias agências e na composição do componente militar, e exigem estruturas flexíveis, adaptáveis e modulares (BRASIL, 2015).

**Princípio da iniciativa:** as forças militares devem ser proativas. A antecipação das ações é de suma importância para não deixar a população desamparada (BRASIL, 2015).

**Princípio da legalidade:** todas as ações do componente militar devem estar embasadas no diploma legal vigente. Total respeito pelas regras de engajamento e normas de conduta (BRASIL, 2015).

**Princípio da legitimidade:** está relacionado à correta observância de princípios e valores centrados na moralidade e correção de atitudes. Essa correta atuação é importante pois, a percepção da sociedade sobre a atuação do componente militar podem favorecer uma campanha contrária às forças militares nos formadores de opinião da sociedade (BRASIL, 2015).

**Princípio da proporcionalidade:** consiste na correspondência entre a ação e a reação das

forças oponentes e de potenciais adversários, de modo a evitar o excessivo uso da força por parte do componente militar empregado nas Op Pac (BRASIL, 2015).

Princípio da razoabilidade: refere-se à compatibilidade entre os meios e os fins da medida levada a efeito (BRASIL, 2015).

Princípio da unidade de comando: nas Op Pac, o componente militar deve estar, preferencialmente, subordinado a uma só autoridade militar: o comandante das forças militares, possibilitando a coordenação, a integração e a sincronização das ações (BRASIL, 2015).

Princípio da unidade de esforços: o êxito das atividades e tarefas realizadas nas Op Pac requer que todos os vetores (militares e civis) trabalhem em direção a objetivos comuns (BRASIL, 2015).

### **2.3.1 Características das operações de pacificação**

Segundo Brasil (2015), as características das operações de pacificação são as seguintes:

Ações descentralizadas: devido à necessidade de assumir as funções básicas de segurança, as forças de pacificação devem atuar na maior parte da região a ser pacificada. As ordens devem ser bem claras de modo que todos os níveis estejam cientes da intenção do comandante, a fim de cumprir as suas atividades e tarefas e permitir que os comandantes, em todos os níveis, exerçam a liderança e tenham iniciativas sem comprometer o êxito do esforço de pacificação.

Ações táticas têm consequências estratégicas: os comandantes, em todos os níveis, devem realizar a checagem se as tarefas dos seus comandados estão sendo executada conforme o planejamento e se estão contribuindo para a obtenção do estado final desejado. Deslizes isolados e ações mal sucedidas podem resultar em fracassos estratégicos (BRASIL, 2015).

Ambiente complexo: devido à complexidade de se identificar e definir as ameaças, a grande quantidade de vetores (civis e militares), dificuldade de coordenação dos mais variados interesses, impõem os comandantes um continuado estudo de situação visando um melhor entendimento do ambiente operacional (BRASIL, 2015).

Ampla utilização das Operações de Informação: devido ao ambiente operacional estar em constante modificação, as operações de informação são essenciais para influenciar o público alvo adversário e neutros e para desgastar a tomada de decisão das forças oponentes (BRASIL, 2015).

Amplitude e continuidade de inteligência: a produção e a difusão do conhecimento bem como a necessidade de manter um controle e a segurança das informações são essenciais para

a obtenção de informações que serão de grande valia para os comandantes no seu estudo de situação e para auxiliá-los no processo de tomada de decisão (BRASIL, 2015).

Colaboração interagências: as forças militares devem ser capazes de coordenar e sincronizar as suas ações com um grande número de agências civis, incluindo ONG e lideranças locais (BRASIL, 2015).

Contato permanente com a população: o estudo detalhado da cultura local, costumes, leis, estrutura social, modo de vida, e sistema de crenças da sociedade da área a ser pacificada é fundamental para o êxito nas Op Pac (BRASIL, 2015).

Grande variedade de atividades e tarefas humanitárias: as ações militares devem ser acompanhadas de ações de cooperação civil-militar a fim de atender as necessidades básicas imediatas da população como água, comida, assistência médica (BRASIL, 2015).

Importância da consciência situacional: a consciência situacional garante a decisão adequada e oportuna em qualquer situação de emprego, permitindo que os comandantes antecipem-se aos oponentes e decidam pelo emprego de meios na medida certa (BRASIL, 2015).

Importância das considerações políticas: os objetivos da operação militar devem estar bem alinhados com os objetivos nacionais do Estado. Somente a utilização da força e não atendimento das reformas sociais e políticas comprometem a legitimidade do poder central, comprometendo com isso o apoio da comunidade internacional (BRASIL, 2015).

Máximo aproveitamento das oportunidades de emprego: a realização de ações coercitivas e/ou construtivas nas Op Pac devem ser rapidamente aproveitadas, permitindo, no mais curto prazo, angariar o apoio da população, mitigar o poder de combate das forças oponentes, acelerar o desenvolvimento local (BRASIL, 2015).

Multiplicidade de propósitos e de atores envolvidos: nas Operações de Pacificação existem diversos propósitos a serem atingidos, porém normalmente eles não estão hierarquizados em importância. As Op Pac devem ser planejadas e conduzidas considerando a interação entre o componente militar e todos os atores civis presentes (BRASIL, 2015).

Necessidade de obtenção de superioridade das informações e de credibilidade: deve ocorrer uma constante busca de informações sobre o oponente e buscar ao máximo fornecer a eles informações a respeito do nosso componente militar. Constante busca de obtenção de mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. A credibilidade se obtém em função da efetividade e capacidade de atendimento às expectativas da população local (BRASIL, 2015).

Permanente capacidade de usar a força: as forças militares deverão permanecer com

suas capacidades coercitivas em condições de atuar em pronta resposta, a fim de controlar qualquer escalada do conflito, mas o componente militar deve ter a consciência que sua melhor contribuição para o desenvolvimento local está baseada na sua ação dissuasória e sua capacidade de atuação (BRASIL, 2015).

Presença constante da mídia: a adequada atitude dos militares é essencial para uma percepção pública positiva e obtenção de um maior apoio da população, fator que facilitará a conquista dos objetivos militares e políticos propostos (BRASIL, 2015).

Tendência a alongar-se no tempo: os resultados das Op Pac são obtidos a médio e longo prazos. Cresce de importância a utilização de critérios de avaliação e de indicadores que busquem verificar os resultados obtidos após a atuação continuada de diversas atividades que contribuíram para a obtenção do estado final desejado (BRASIL, 2015).

### **2.3.2 Características das operações interagências**

De acordo com Brasil (2017), as principais características das operações interagências são:

Relevância do fator opinião pública;

Existência de um comando militar designado sem que haja assunção do controle operacional sobre as agências participantes da operação, mas sim a coordenação das tarefas, a fim de possibilitar um melhor desempenho dos meios militares e civis empregados. Visando facilitar esta coordenação e o controle, as agências civis poderão ser concentradas em um único elemento organizacional, onde serão agrupadas de acordo com a natureza de suas atividades, aliviando o Comandante Militar designado durante os processos de tomada de decisão. Esta concentração dos organismos em um elemento organizacional não implica qualquer tipo de subordinação entre eles e poderá ser flexibilizada no curso das operações, se julgado conveniente;

Combinação de esforços políticos, jurídicos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos;

Possibilidade de intercâmbio de informações entre as diversas agências, necessária ao incremento da sinergia, da confiabilidade e da agilidade às operações;

Participação de atores não oficiais e de indivíduos nas operações;

Possibilidade do emprego das Forças Armadas em conjunto com órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal;

Necessidade de capacitação dos efetivos militares para atuar em cooperação com agências;

Complexidade de ações, que exigem dos militares conhecimentos dos conceitos, das características e das missões dos parceiros interagências e saibam conduzir atividades de assuntos civis, a fim de atuarem de modo integrado e sintonizado com o objetivo da missão;

Dependência da socialização das informações;

Centralização do planejamento no mais alto nível possível, com a execução mais descentralizada possível;

Busca da tomada de decisões, sempre que possível, por consenso (BRASIL, 2017).

### **2.3.3 Adversidades**

Três aspectos podem ser considerados os pontos chaves para as adversidades neste tipo de ambiente peculiar que é o das operações de pacificação. De acordo com Woloszyn (2017) a primeira dificuldade diz respeito à zona de operações propriamente dita, como já visto anteriormente. Woloszyn (2017) exemplifica o complexo do Alemão, que é controlado pela organização criminosa denominada Comando Vermelho. Neste complexo, as condições de emprego militar são as piores possíveis:

No interior do complexo, efetivos militares trabalham no escuro, uma vez que há poucos pontos de observação face às características do terreno elevado e das construções. O acesso, em muitos setores, só pode ser efetivado por tropas a pé, em ruas que são na realidade escadas escavadas no terreno medindo cerca de 1 metro a 1,5 metros de largura, dividindo as edificações. Tal condição impede o uso de veículos pesados e de apoio, além de possibilitar uma contraofensiva rápida e não identificável de parte dos criminosos, que invadem as residências e coagem os moradores no intuito de as utilizarem como refúgios e pontos de observação e controle. (WOLOSZYN, 2017)

O segundo aspecto, continuando no caso da operação militar no complexo do Alemão, Woloszyn (2017) aborda o arsenal bélico que os agentes perturbadores da ordem pública conseguem ter acesso. O poder de fogo dessa facção é absurdamente alto e diversificado, variando de pistolas e revólveres até fuzis e metralhadoras de diversos calibres.

Por fim, o último aspecto de grande relevância como adversidade para as forças militares é relacionado aos efeitos colaterais. De acordo com Woloszyn (2017):

A possibilidade de baixas de ambos os lados é constante assim como o erro de alvos, uma vez que não há como diferenciar criminosos de não-criminosos ou ainda, se o atirador da força oponente é uma criança ou adolescente. Diante desse contexto, o uso

da força militar é restrito e de menor intensidade do que a aplicada pelos integrantes dessas facções, que agem sem nenhum critério legal ou de ética, mas sob o olhar atento da mídia internacional e de organizações de defesa de direitos humanos. (WOLOSZYN, 2017)

De acordo com Brasil (2015), uma operação dentro de um ambiente com grande densidade demográfica, com bens civis e outros bens a serem protegidos, é quase que nula a possibilidade de não haver nenhum efeito colateral, pois até a ação dos APOP em detrimento desses aspectos pode ser caracterizado por um dano colateral. Além disso, o fato da difícil identificação do APOP com a população civil provoca aumento considerável da possibilidade do efeito colateral.

## 2.4 PACIFICAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: COMPLEXOS DA MARÉ E DO ALEMÃO E OPERAÇÃO ARCANJO

### 2.4.1 Complexo da Maré

Em 2014 houve a ocupação do Complexo da Maré, onde Escoto (2015) afirma que:

A pacificação do complexo da Maré foi planejada e executada como uma operação no amplo espectro, dentro de um ambiente operacional bastante complexo, instável e incerto. O planejamento deu ênfase às operações de inteligência, às operações especiais, às operações de informação, às operações interagências e às operações contra forças irregulares em ambiente urbano.

Os principais objetivos desta operação eram substituir a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que estavam operando no local, no intuito de pacificar o complexo da Maré. A operação foi em conjunto com os Órgãos de Segurança Pública e Ordem Pública e outras agências governamentais ou não governamentais (ESCOTO, 2015).

A intenção do Comandante da Brigada era explorar ao máximo a inteligência, as operações especiais, as operações de informação; a ofensiva, a surpresa e a massa; estabelecer pontos fortes; realizar operações de saturação de patrulhamento a pé, motorizado e mecanizado; vasculhamento; busca e apreensão; e conquistar o apoio da população da área – centro de gravidade da operação – num esforço integrado, coordenado e sincronizado de operações interagências. Tudo com a finalidade de suprimir ou reduzir a liberdade de ação das facções criminosas e estabelecer e manter um ambiente seguro e estável para a população da área (ESCOTO, 2015).

Durante a operação foram utilizados um eficaz sistema de inteligência, sendo que o planejamento e condução da operação foram facilitados. Utilizou-se o sistema “olho de águia” com a finalidade de monitorar em tempo real a base da operação (ESCOTO, 2015).

Era fundamental para aquela operação separar a população das forças oponentes, assegurando um ambiente livre da violência e do terror. No início da operação todas as vias foram bloqueadas, momento em que a tropa percorreu a pé ou em viaturas todas as ruas, becos e vielas, em patrulhamentos diurnos e noturnos (ESCOTO, 2015).

Figura 1 – Operação de Pacificação no Complexo da Maré



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2014)

Um exemplo de ação direta muito bem-sucedida foi a operação interagências de busca e apreensão para a captura de um dos mais procurados líderes de facção. Obtida sua localização precisa por meio de um informante, a F Pac, numa ação rápida e cirúrgica, empregou o Esqd C Mec para cercar uma área de prédios, enquanto uma equipe tática da FTopEsp, reforçada por policiais federais do Comando de Operações Táticas (COT), invadiu o apartamento e efetuou a prisão de dois criminosos armados, sem causar danos colaterais às duas menores que os acompanhavam (ESCOTO, 2015).

Durante a operação no Complexo da Maré, além da utilização de armas letais também foram utilizadas armas não letais, como granadas lacrimogêneas e de luz e som, espargidores químicos e munições de elastômero.

A utilização de espingardas calibre 12 e de lançadores de granadas 38.1 mm proporcionaram flexibilidade na utilização de munições não letais, particularmente em operações de controle de distúrbios, que ocorriam frequentemente quando se efetuavam prisões na presença da população (ESCOTO, 2015).

A operação foi um sucesso, tendo tido o apoio ativo da população e a desarticulação das facções criminosas, propiciando aos moradores do local um ambiente saudável, seguro e estável.

Figura 2 – Dados da operação no complexo da Maré



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2015)

#### 2.4.2 Complexo do Alemão

Com relação à Comunidade do Complexo do Alemão, a mesma viu nascer e crescer a facção criminosa que se instalou na área como o estado paralelo: o Comando Vermelho.

A Força Adversa é representada pelo Comando Vermelho. Esse grupo criminoso é constituído, na sua maioria, por jovens do sexo masculino na faixa etária de 15 a 35 anos. Entretanto, há crianças, mulheres e pessoas de mais idade atuando como olheiros (vigias), mensageiros, fogueteiros (responsáveis pelo alerta) e condutores de droga. O armamento utilizado era de diversos tipos e calibres incluindo, em alguns casos, armas portáteis anticarro (MENDES, 2012).

De acordo com Woloszyn (2017), o complexo do Alemão é controlado pela organização criminosa denominada Comando Vermelho. Neste complexo, as condições de emprego militar são as piores possíveis:

No interior do complexo, efetivos militares trabalham no escuro, uma vez que há poucos pontos de observação face às características do terreno elevado e das construções. O acesso, em muitos setores, só pode ser efetivado por tropas a pé, em ruas que são na realidade escadas escavadas no terreno medindo cerca de 1 metro a 1,5 metros de largura, dividindo as edificações. Tal condição impede o uso de veículos pesados e de apoio, além de possibilitar uma contraofensiva rápida e não identificável de parte dos criminosos, que invadem as residências e coagem os moradores no intuito de as utilizarem como refúgios e pontos de observação e controle (WOLOSZYN, 2017).

Woloszyn (2017) chama atenção para o arsenal bélico que os indivíduos do complexo do Alemão têm acesso, onde são apreendidos armamentos com alto poder de fogo, envolvendo desde pistolas e revólveres até fuzis e metralhadoras de diversos calibres.

Figura 3 – Operação de Pacificação no Complexo do Alemão



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2012)

Segundo Stochero (2012), a ação para ocupação do complexo do Alemão durou 19 meses, sendo que os militares, além de lidarem com os inimigos, ainda tiveram que controlar problemas como manifestações populares.

### 2.4.3 Operação Arcanjo

Segundo Brasil (2012), a Operação Arcanjo, com um antecedente histórico de uma operação policial jamais vista no país e desencadeada em contrapartida a uma série de ataques

de facções criminosas de ambas as localidades, foram utilizados militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, policiais militares e civis do estado do Rio de Janeiro.

Segundo Terra Notícias (2010) a onda de violência teve início quando um grupo de criminosos, na tentativa de promover um arrastão na Rodovia Rio-Magé, em Duque de Caxias, causou a morte a tiros de um motorista de ônibus.

Nos dias seguintes seguiram uma série de atos de vandalismo contra a população fluminense, em todos, o mesmo *modus operandi* dos meliantes: armados com armamento longo, paravam ônibus e carros e ateavam fogo nestes.

No dia 24 de novembro de 2010 deu-se início a explosão de violência. Segundo o comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar, no Méier, um Honda Civic foi queimado, no início da noite, no acesso ao Túnel Noel Rosa. Também na Zona Norte, na Tijuca, os bombeiros foram chamados para controlarem as chamas de um carro incendiado na rua Félix da Cunha. Nesta ocasião um homem havia sido preso, portando uma garrafa de gasolina, horas antes. Na delegacia, ele confessou que agia a pedido de traficantes do complexo do Alemão (O DIA, 2010).

Figura 4 – Operação Arcanjo



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2010).

Segundo o jornal O Estado de São Paulo (2010) após a onda de violência que assombrou o Rio de Janeiro, que mesmo com todo o efetivo policial nas ruas, não conseguiu fazer frente às ações do crime organizado, foi lançada uma operação para conquista do principal reduto do crime organizado carioca: o “morro do Alemão”.

Na noite de 24 de novembro o governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral

solicita ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, que se encontrava em viagem na Guiana, o apoio das Forças Armadas para o apoio nas operações.

Conforme publicado pelo jornal G1 (2010) sem a resposta do presidente devido a viagem o então Ministro da defesa Nelson Jobim assegura em primeiro momento o apoio para o estado do Rio de Janeiro.

Segundo Carneiro (2010), a conquista iniciou-se pela vila Cruzeiro, localidade que ficou famosa pelas imagens dos traficantes fugindo da invasão das Forças Armadas combinadas com os OSP/RJ. Os embates com traficantes seguiram nos dias 25, 26, 27 e 28 momentos que as Forças Armadas e os OSP/RJ realizavam o cerco aos complexos da Penha e do Alemão.

Até que na manhã de domingo o dia 28 de novembro às 8 horas da manhã foi dado início a invasão e terminada quando houve o hasteamento da bandeira do Brasil e do Rio de Janeiro no teleférico do alto do morro do Alemão por volta das 13:20 horas (CARNEIRO, 2010).

Segundo o Estado Maior conjunto das Forças Armadas (2012), a Operação Arcanjo ocorreu após a tomada dos Complexos da Penha e do Alemão pelas Forças Armadas e pelos Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Rio de Janeiro.

A Operação de tomada pelos OSP iniciou-se no dia 25 de novembro de 2010, o controle da Operação foi dado ao Exército em 29 de novembro com o aval do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva para a ativação da Força de Pacificação e encerrou-se no dia 09 de junho de 2012 com a passagem para a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro da área de Pacificação (APac).

Com a missão de “colaborar com a manutenção da ordem pública do estado do Rio, pacificar a região compreendida pelas comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão, conduzindo operações tipo polícia, operações psicológicas e atividades de inteligência e comunicação social” naquela localidade (BRASIL, 2012).

As dificuldades de trabalho com uma população que se desenvolveu com base no crime, sem efetivo apoio do estado e com a dependência do tráfico de drogas para o sustento de sua economia foram levadas em conta.

Basicamente a missão tratou de controlar uma população de 400.000 habitantes que nunca respeitou a lei, nunca teve apoio do estado, com verdadeiro rancor dos agentes responsáveis por aplicá-la, pressionada pelo crime organizado para seus fins e sem conhecimento das necessidades de respeito à lei.

Denominada “Operação Arcanjo”, a atuação de tropas do Exército contou com a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a junho deste ano, sendo que o efetivo médio empregado foi de 1,3 mil militares. Segundo o Estado Maior Conjunto das

Forças Armadas (EMCFA) os números da operação indicam que no período aconteceram 63.489 patrulhas a pé e 48.142 motorizadas ou mecanizadas. (BRASIL, 2012).

### **3 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema; definição e elaboração dos instrumentos de coleta de dados e definição das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurar-se-á garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

#### **3.1 TIPOS DE PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica.

#### **3.2 MÉTODOS**

Foram consultados manuais do Exército Brasileiro, livros e bancos de dados eletrônico que possuíam material compatível com o tema, os quais foram utilizados para compor o referencial teórico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo militar, mudanças ocorreram com o tempo. Houve a mudança no cenário do combate convencional para o ambiente urbano, onde as doutrinas anteriores não seriam tão eficazes. Além disso, os exércitos também passaram a se envolver mais em operações de não guerra, como em operações GLO e OCD.

Tais operações envolvem diversos órgãos do governo, como polícias civil e militar, Ministério Público, sendo denominada de operações interagências. Essas operações possuem características e TTP's próprias, sendo muitas vezes difícil concatenar a cultura organizacional de cada uma delas.

No entanto, o objetivo é um só, combater as Forças Adversas, preservando a vida humana e lembrando que, em um ambiente urbanizado, é preciso seguir alguns princípios, a fim de que não haja efeitos colaterais indesejáveis.

No decorrer do estudo foram vistos três momentos em que o Exército Brasileiro atuou em operações interagências no Rio de Janeiro, tendo sido elas as operações de pacificação do Complexo da Maré, do Complexo do Alemão e a Operação Arcanjo.

Essas três operações foram analisadas, demonstrando as peculiaridades de cada uma delas, e a importância da execução das mesmas com outros órgãos de segurança pública. Todas foram finalizadas com êxito, devido à integração das forças, que juntas, combateram a criminalidade.

A complexidade de tais operações interagências se deve ao fato não somente do ambiente onde será realizada a operação, mas também aos atores que dela fazem parte, sendo cada qual de uma organização diferente, com suas premissas e treinamentos diversos.

Dessa forma, vemos que não só as recentes Operações de Pacificação, mas também os outros conflitos e eventos futuros da nossa nação exigem dos nossos Estados comprometimento e preparação efetiva a fim de empregar os diferentes meios proporcionados por um Ambiente Interagências. É necessário que os órgãos presentes nessas conjunturas tentem de alguma forma se unificar cada vez mais, padronizando procedimentos interagências, definindo objetivos, criando um ambiente de cooperação em relação à emprego de pessoal, material e inteligência. Tudo isso proporcionará à nossa nação a devida preparação para os futuros conflitos, calamidades e necessidades que ainda estão por vir em nosso país.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Operações Interagências**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Operações de Pacificação**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Operações**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014.
- CARNEIRO, J. D. **Moradores do Alemão acham cedo para falar em desfecho no conflito**. Rio de Janeiro. Disponível em <[www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010)>. Acesso em: 11 maio 2019.
- ESCOTO, R. **Guerra irregular: Bda Inf Pqd do Exército Brasileiro na pacificação das favelas do RJ**. Disponível em: <[www.defesanet.com.br](http://www.defesanet.com.br)>. Acesso em: 10 maio 2019.
- ESTADO MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. **Histórico e números da Operação Arcanjo**. Brasília DF, 2012a, Disponível em: <[www.exercito.gov.br/web/imprensa/resenha](http://www.exercito.gov.br/web/imprensa/resenha)>. Acesso em: 13 maio 2019.
- FILHO, J. D. As operações militares no ambiente interagências. **Doutrina militar terrestre em revista**, 30-37. 2013.
- G1. **Defesa diz que pode avaliar envio de tropas ao Rio se estado pedir**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia](http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia)>. Acesso em: 12 maio 2019.
- MENDES, C. A. K. **Considerações Sobre a Força de Pacificação Empregada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ. 2012.
- O DIA. **Rio tem mais um dia de violência e ataques a veículos**. Rio de Janeiro, RJ. 2010. Disponível em: <[www.odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010](http://www.odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010)>. Acesso em: 12 maio 2019.
- O ESTADO DE S. PAULO. **Governador do Rio pede apoio à Marinha em entrevista à TV**. São Paulo, SP 2010. Disponível em: <[www.estadao.com.br/noticias/cidades](http://www.estadao.com.br/noticias/cidades)>. Acesso em: 12 maio 2019.
- SILVA, M. F. **Ambiente interagências nas operações militares no completo da Maré**. Disponível em: <[www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xiv\\_cadn/o\\_ambiente\\_interagencias\\_nas\\_operacoes\\_militares\\_no\\_complexo\\_mare.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/o_ambiente_interagencias_nas_operacoes_militares_no_complexo_mare.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2019.
- STOCHERO, T. **Para Exército, ocupar Alemão é mais difícil que guerra e missão no Haiti**. Disponível em: <[www.g1.globo.com/brasil/noticia](http://www.g1.globo.com/brasil/noticia)>. Acesso em: 12 maio 2019.
- TERRA NOTÍCIAS. **Homens armados põem fogo em carros na Linha Vermelha no RJ**. Disponível em: <[www.noticias.terra.com.br/brasil/policia](http://www.noticias.terra.com.br/brasil/policia)>. Acesso em: 11 maio 2019.
- WOLOSZYN, A. L. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem: um desafio para as forças armadas**. Disponível em: <[www.defesaaereanaval.com.br/operacoes-de-glo-um-desafio-para-as-forcas-armadas-brasileiras/?print=print](http://www.defesaaereanaval.com.br/operacoes-de-glo-um-desafio-para-as-forcas-armadas-brasileiras/?print=print)>. Acesso em: 11 maio 2019.



## ANEXOS

## ANEXO 1 – ABORDAGEM ESTRATÉGICA



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2011)

## ANEXO 2 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS INTERAGÊNCIAS



**OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS: uma abordagem estratégica**



**PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS - INTERAGÊNCIAS**

- 1.1.1** Agências de competências distintas (cultura organizacional) – finalidade comum;
- 1.1.2** **Coordenação das tarefas;**
- 1.1.3** **Combinação de esforços;**
- 1.1.4** **Intercâmbio de informações;**
- 1.1.5** Presença de órgãos civis e militares, governamentais e não governamentais com possibilidade de participação de órgãos internacionais; e
- 1.1.6** Fatores críticos para êxito: **Manobra, Inteligência, Comando e Controle, Logística, coordenação e integração de esforços.**



Fonte: Seminário 2011

16

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2011)